LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA

Negociada e pacífica

Essa é a reforma agrária a que se propõe o candidato Lula. Para ele e o PT, fazer a reforma agrária é uma questão de justiça social



1. Comércio externo

■ ***O que fazer frente ao recrudescimento da política protecionista dos países desenvolvidos?***

■ ***É necessário fortalecer o Mercosul?***

■ ***Mercosul, Mercosul ampliado na América Latina, Mercosul-União Européia, Alca. Essas negociações serão priorizadas? Alguma delas merecerá empenho especial de seu governo?***

■ ***Como estimular as exportações do agronegócio? Como agregar valor às nossas exportações?***

— O Brasil precisa ter uma inserção soberana e qualificada da agricultura brasileira no mercado externo, onde já somos altamente competitivos. Para isso, é necessário desenvolver um amplo e objetivo conjunto de políticas de promoção das exportações. Essa política deve buscar novos mercados de forma mais agressiva, lutar contra as barreiras existentes contra nossos produtos, diversificar nossa pauta e agregar novos valores.

Para desenvolver essa política agressiva de exportações, vamos criar uma Secretaria de Comércio Exterior e também uma Agência de Comércio Exterior para analisar novas oportunidades de relações comerciais com parceiros importantes como China, Rússia, México, países da América do Sul e, claro, Europa e EUA. Além disso, precisamos fortalecer o Mercosul.

É também necessário proteger a renda do agricultor. Em uma economia aberta como a nossa, é difícil garantir estabilidade aos preços agrícolas. Portanto, devemos implementar diversos mecanismos que resultem na proteção da renda das famílias agrícolas e na formação de estoques de alimentos. Isso vai permitir um mercado mais estável aos consumidores e produtores.

Por fim, queremos estimular, através de câmaras setoriais e fóruns de estudos estratégicos dos setores, relações mais equilibradas entre agricultores, agroindústrias, distribuidores e consumidores, de forma que haja mais coordenação nas cadeias produtivas e menos problemas em relação à distribuição da renda gerada nessas cadeias.

2. Questão fiscal

■ ***É necessário desonerar a produção agropecuária, em especial a cesta básica, e eliminar a cumulatividade de impostos como PIS e Cofins? Como?***

■ ***Como compensar eventuais perdas de receita aos estados da Federação?***

■ ***Como corrigir as distorções decorrentes da Lei Kandir?***

— Uma das prioridades do nosso governo é fazer a reforma tributária, que diminuirá o peso dos impostos sobre produção e exportação. Nós temos um sistema tributário antiquado, pouco eficiente e injusto. Nossa meta é simplificar o sistema tributário nacional, especialmente com o fim da cumulatividade das contribuições e a redução ao longo do tempo da carga tributária incidente sobre a produção e os assalariados de baixa e média renda e desonerar completamente as exportações para eliminar as distorções da Lei Kandir. Desonerar a produção agropecuária e a cesta básica é uma questão de justiça social e está de acordo com o nosso programa de governo.

Juntamente com a Reforma Tributária, nosso governo proporá aos estados e municípios a redefinição do Pacto Federativo, cujo princípio será a descentralização das ações sociais e a valorização da ação local, do município como ente federado realizador de políticas públicas. Nesse pacto, será definida uma compensação aos estados que mais perderão com a reforma tributária, até que os estados se adaptem às novas condições.

3. Financiamento da produção

■ ***A parcela maior do custeio agrícola vem dos recursos próprios dos produtores rurais (60%). As empresas supridoras de insumos agrícolas e as tradings respondem por 12% e o sistema oficial (bancos) por 28%. Essa distribuição parece-lhe adequada?***

■ ***Os chamados instrumentos privados de financiamento (sistema de crédito rural, CPR, bolsas etc.) devem ser estimulados? Como?***

■ ***Há algo a fazer para favorecer investimentos em máquinas e equipamentos?***

■ ***O que fazer para viabilizar um sistema de seguro agrícola viável e eficiente?***

— Em nosso programa de governo, defendemos a criação de linhas de crédito diferenciadas para as categorias de produtores, com critérios que variam de acordo com a capacidade de pagamento. Além disso, é possível criar novas linhas de crédito através das cooperativas de crédito, que têm taxas de juros menores e encargos reduzidos. Temos propostas para o cooperativismo de crédito porque acreditamos que ele pode se transformar em uma grande alternativa para milhares de agricultores. Sem esquecer que essa política pode também favorecer os cerca de 30% dos municípios brasileiros que não possuem sequer uma agência bancária.

Também é possível ampliar e melhorar os instrumentos privados de financiamento, como os contratos de compra nas bolsas. Hoje, muitos querem operar, mas por causa dos elevados custos das garantias (aval do Banco do Brasil e seguros, por exemplo) acabam operando paralelamente. Uma saída é o governo financiar as garantias com outras linhas de crédito, como o Pronaf.

Quanto aos investimentos de máquinas e equipamentos, temos duas propostas: desonerar a tributação de máquinas e equipamentos destinados à produção agropecuária e ampliar as linhas de crédito de investimento, disponibilizando os recursos dos fundos constitucionais e do FAT. O Moderfrota, financiado pelo BNDES e que opera com taxas fixas de juros de 8,75%, poderia ser ampliado também.

Sobre seguro rural é importante dizer que o PT tem dois exemplos importantes nessa área. O primeiro é que desde 1995 nossa bancada apresentou um projeto de lei para a criação do seguro agrícola. O segundo vem do governo do Rio Grande do Sul, que implantou um sistema de seguro agrícola viável e eficiente, através de seguradoras privadas, em que o governo subsidia parte do contrato do seguro e as seguradoras arcam com os riscos.

4. Crescimento do agronegócio

■ ***Seu governo estimulará a produção em áreas de exploração recente, como algumas do Centro-Oeste, Sul do Maranhão e do Piauí, Oeste da Bahia etc.?***

■ ***A integração promovida pelo Mercosul inviabilizou diversas atividades econômicas nos estados do Sul. Como tornar mais efetiva a reconversão dessas atividades?***

■ ***Como viabilizar a atividade econômica rural no Nordeste brasileiro?***

■ ***E na Amazônia?***

— Fica cada vez mais claro que não é mais possível expandir as fronteiras agrícolas de forma predatória, desmatando e destruindo nossos recursos genéticos. Temos cerca de 97 milhões de hectares de terras improdutivas e podemos mudar esse quadro. Se houver expansões, elas deverão ser feitas de forma sustentável e preservar matas, rios, cultura e costumes locais. Da mesma forma, temos demonstrado em experiências concretas de gestão que um outro modelo de desenvolvimento da Amazônia é possível, sobretudo em articulação com a sociedade. O aproveitamento sustentável da floresta, das riquezas minerais, energéticas, da biodiversidade e dos cenários naturais vai constituir a base das atividades industriais, agrícolas e turísticas, fundamentais para engendrar uma nova referência para a construção de um Brasil soberano.

Com relação ao semi-árido nordestino, nossas diretrizes de atuação são: desenvolver programas de recuperação das grandes bacias hidrográficas do rio São Francisco e do rio Parnaíba e a implantação de sistemas de estoque de água subterrânea e superficial. É essencial incentivar a produção de produtos nativos altamente resistentes à seca e que servem para alimentação, para ração animal e para a indústria (como o umbu, o feijão-de-corda, entre outros). Além disso, há importantes atividades econômicas na região, como a ampliação da bacia leiteira (especialmente a de caprinos e bovinos), da apicultura e da exploração sustentável de animais silvestres. A reforma agrária e a implementação do crédito fundiário deverão levar em conta as especificidades da região e as condições socioambientais.

Quanto ao impacto do Mercosul na agricultura do Sul, não se pode explicar a inviabilização de certos setores, como a produção de leite e o trigo, somente pelos termos estabelecidos pelo acordo. Em agosto, tive um encontro com os embaixadores do Mercosul, Chile e Bolívia e apresentei a eles uma proposta para garantirmos soberania alimentar entre os países do Cone Sul. Nossa idéia é construir uma espécie de troca dos produtos excedentes, garantindo a auto-suficiência de todos na produção de alimentos, para viabilizar novas relações comerciais entre os parceiros do bloco.

5. Meio ambiente e recursos hídricos

■ ***Como adequar a necessidade de crescimento econômico acelerado e o objetivo de preservação ambiental?***

■ ***A legislação relativa aos recursos hídricos é compatível com o objetivo do crescimento sustentável da produção?***

— Está claro hoje que a maior pressão sobre os recursos naturais vem da situação de miséria que atinge parte da população mais pobre. Não vemos a proteção do meio ambiente dissociada de outras políticas estruturais de combate à pobreza, como reforma agrária, política agrícola, recuperação dos rios e mananciais e política nacional de saneamento ambiental. Queremos conciliar proteção ambiental com geração de empregos, tendo como base as inúmeras experiências que vêm sendo desenvolvidas por associações e cooperativas de produtores, governos municipais e estaduais, movimentos sociais e ONGs. Para isso, vamos implantar um zoneamento socioambiental do país, que permita identificar a alternativa mais adequada para cada ecossistema e cada segmento social. É possível também melhorar as leis, como o Código Florestal. No recente debate promovido pela CNA, citei o protocolo de Araguari, do sul de Minas Gerais, em que o Ministério Público permitiu que o produtor, que deve preservar em sua terra 20% de mata, comprasse uma outra área para preservar. Essa é uma alternativa que pode ser negociada no país.

"Em agosto apresentei uma proposta para garantirmos soberania alimentar entre os países do Cone Sul. A idéia é construir uma espécie de troca dos produtos excedentes, garantindo a auto-suficiência de todos na produção de alimentos."

6. Ciência, tecnologia e inovação

■ ***Qual será a orientação de seu governo em relação aos OGMs (organismos geneticamente modificados)?***

■ ***É urgente a regulamentação dos transgênicos? Em que direção?***

■ ***Como neutralizar a biopirataria?***

■ ***As pesquisas promovidas por empresas privadas terão que tipo de tratamento?***

■ ***E a pesquisa das entidades oficiais?***

— Hoje o Brasil dedica menos de 1% do PIB à ciência e à tecnologia, enquanto os outros países aplicam o dobro ou o triplo dessa porcentagem. Portanto, achamos que é fundamental e urgente valorizar os chamados centros de excelência em pesquisa. Mas é preciso também articular a política de ciência e tecnologia com a questão educacional. Queremos que cultura, ciência e educação caminhem juntas. Uma de nossas propostas é retomar o Sistema Federal de Ciência e Tecnologia. Seu papel será estimular os programas já existentes do setor público e privado e coordenar novas ações para fortalecer a ciência e a tecnologia. No nosso governo, elas terão alguns objetivos básicos: melhorar a qualidade de vida; expandir postos de trabalho; elevar os níveis de educação e saúde do povo; democratizar o acesso à informação e ao conhecimento; e promover o desenvolvimento respeitando o meio ambiente.

Em relação à biopirataria, temos posição clara: queremos reestruturar os conselhos da área de biodiversidade, com base em nova legislação, fortalecendo a participação das entidades representativas das comunidades locais e dos centros regionais de pesquisa. Da mesma forma, a bancada do PT tem defendido a rotulagem dos OGMs, como um direito do consumidor, mas antes propõe que se adie seu uso comercial, dando mais tempo para o desenvolvimento de estudos de impacto na saúde e no meio ambiente. Esta posição – com base no princípio de precaução – deve ser mantida em nosso governo, com apoio à pesquisa e com rígida fiscalização contra a entrada clandestina de sementes modificadas.

7. Questão fundiária

■ ***Qual a sua avaliação sobre o programa de desapropriação de terras, assentamento de famílias no meio rural e reforma agrária do atual governo?***

■ ***Que modificações o senhor planeja realizar no programa e com que propósitos principais?***

■ ***E em relação ao Pronaf?***

— Precisa ter muito boa vontade para aceitar que o governo implantou alguma reforma agrária. Depois de oito anos de FHC, temos uma das piores, senão a pior desigualdade de posse da terra do mundo. O governo diz que fez a maior reforma agrária da história e desqualifica as organizações de luta pela terra. Para nós, fazer a reforma agrária é uma questão de justiça social em nosso país. Além disso, nosso governo será capaz de realizá-la sem ser necessário que ocorram invasões de propriedades nem qualquer tipo de violência no campo. Nós temos legitimidade e representatividade para resolver esse problema de forma negociada e pacífica.

Propomos a realização de um Plano Nacional de Reforma Agrária em que os trabalhadores sem-terra, organizações sindicais, proprietários rurais e outros setores interessados poderão participar da sua elaboração e implementação. Esse plano deverá definir prazos, metas nacionais e regionais e as fontes de recursos a serem aplicados na execução de ações para promover impactos positivos na vida das famílias de trabalhadores rurais e no campo.

Também defendemos a disseminação das cooperativas de crédito e dos bancos do povo. Outra proposta importante é o crédito para a agroindústria familiar, associando-o à criação de selos de qualidade e de origem e vinculando-os às redes de comercialização nacionais e internacionais. Temos que apoiar a comercialização dos produtos da pequena produção, através da disseminação da prática da compra direta e de políticas municipais de abastecimento alimentar, inclusive priorizando a compra direta da produção local para programas públicos, como merenda escolar, creches, hospitais, entre outros.

8. Questão trabalhista no campo

Alguns defendem a flexibilização dos direitos trabalhistas no campo. Outros, a extensão dos direitos trabalhistas das cidades aos trabalhadores rurais. Em qual das direções seu governo pretende trabalhar?

— Nosso projeto defende a segunda opção. Pretendemos dar as mesmas condições de cidadania no campo e nas cidades. Para isso, buscaremos a ampliação do trabalho de qualidade, com aumento dos salários e da formalização dos trabalhadores. Incentivaremos a mecanização do campo com responsabilidade social; instituiremos um seguro-desemprego de entressafra para os trabalhadores temporários e recuperaremos os órgãos de fiscalização para erradicar o trabalho infantil e escravo e garantir o cumprimento das normas de segurança e saúde do trabalhador.

9. Matriz energética

A recente crise de energia (o apagão) demonstra que a matriz energética brasileira está fragilizada. Como fortalecê-la? Novas hidrelétricas de grande/médio/pequeno portes? Termelétricas? Novas usinas nucleares? Co-geração de energia a partir do aproveitamento do bagaço de cana?

Há espaço para a ampliação do uso do álcool como combustível menos poluidor?

— Não podemos mais correr o risco de ter apagões. Na verdade, nem haveria esse risco se o governo tivesse agido com seriedade. Vamos restabelecer o planejamento estratégico que existia no setor elétrico, mas foi abandonado com essa tentativa desastrada de implantar um modelo de mercado para a energia, no nosso país – sem planejamento e com a privatização das empresas feita às pressas e sem transparência. Nossa proposta é fazer um planejamento inteligente, integrando hidrelétricas, petróleo e gás natural e carvão. Vamos também dar incentivos ao desenvolvimento de fontes alternativas, como a energia solar e a eólica. Queremos incentivar o setor privado sem abrir mão do papel do Estado, que é essencial nesse setor. Além disso, não vamos ignorar os produtores independentes, como se faz atualmente: vamos criar a possibilidade, por exemplo, de eles pedirem autorização para construir usinas que possam complementar o nosso planejamento, como hidrelétricas de pequeno porte, termelétricas, eólicas e outras fontes alternativas. Nesse caso, vamos dar preferência à produção de cooperativas, dos municípios e de associações de consumidores. Sempre respeitando rigorosamente os critérios de preservação ambiental.

"O governo diz que fez a maior reforma agrária da história. Precisa ter muito boa vontade para aceitar que o governo implantou alguma reforma agrária. Depois de oito anos de FHC, temos a pior desigualdade de posse da terra do mundo."

Defendemos também uma política de incentivo ao álcool por ser um combustível renovável, de tecnologia nacional, barato e capaz de gerar cerca de 1,5 milhão de empregos diretos e outro meio milhão de empregos indiretos. Um programa de expansão da produção de álcool combustível deverá garantir o abastecimento sem oscilações bruscas dos preços; respeitar e ajudar a preservar o meio ambiente e cumprir a legislação trabalhista.